

# **A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: O QUE FAZER COM OS QUE FICAM FORA DOS CIRCUITOS DE TROCA CAPITALISTA?**

AUTORA: MAGDA NÚCIA ALBUQUERQUE DIAS

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

AVANÇO DE INVESTIGAÇÃO EM CURSO

GT 14: HEGEMONIA ESTADUNIDENSE, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS E  
ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

## **RESUMO**

A crise estrutural do capital iniciada na década de 1970 limitou a continuidade do processo de valorização do valor, sobremaneira, se apresenta como uma crise de difícil solução ao atingir diretamente o trabalho abstrato produtor de valor, por conseguinte trouxe um problema particular ao desenvolvimento do capital, o desemprego estrutural. O sistema não sabe o que fazer com os que ficam fora das relações de troca capitalista, as massas que vagueiam pelas várias cidades do mundo. Esta discussão insere-se no marco referencial teórico que analisa a dificuldade, quiçá impossibilidade, de o capital se impor, a partir de suas bases, limitado que está pela incapacidade de resposta à sua própria crise.

**Palavras-chaves:** crise estrutural, massas, valor de troca.

## **1. Introdução**

Os anos 70 suscitaram várias explicações acerca da crise que assolou a economia capitalista, todavia, ainda que sejam diferenciadas, sob o ponto de vista de alguns aspectos, são unânimes em reconhecê-la pelo seu caráter estrutural devido aos obstáculos impostos à funcionalidade do sistema.

As interpretações de Brenner (2003), Arrighi (1996), Harvey (2011) e Kurz (1998, 2004) ao seu modo, discorrem acerca das dificuldades com as quais o capital se depara na luta para garantir o processo de valorização do valor, de cada uma delas buscamos contribuições para atingir o nosso objetivo, qual seja: o de compreender o que ocorreu com o capital a partir da década de 1970 que impediu a sua autovalorização e por conseguinte limitou a dinâmica do sistema.

No primeiro momento sinalizamos o início da crise e os seus desdobramentos na perspectiva de Brenner (2003), em seguida analisamos o limite da posição hegemônica dos Estados Unidos com Arrighi (1996) no terceiro momento Harvey (2011) nos mostra que os espaços não tradicionais de valorização de valor se encontram também já esgotados, e por último, Kurz (2004) infere sobre o colapso da sociedade produtora de valor. Ressalta-se que mesmo sem fazer parte de um mesmo referencial teórico, os três primeiros autores citados nos oferecem pistas significativas que nos levam a inferir sobre a crise de 1970 como o início de um processo que se esgota posteriormente conforme perspectiva de Kurz (2004).

## **2. Capital é valor que se valoriza**

Na análise sobre a produção nas sociedades capitalistas industriais, Marx (1984) discute sobre o valor trabalho para inferir que valores de uso se transformam em valores abstratos que, historicamente, se transformam em dinheiro e continuamente seguem seu ciclo. As contradições são evidenciadas pela apropriação do trabalho como produtor de valor e se reflete no processo de troca que ao longo do seu desenvolvimento histórico têm reforçado sua estrutura social desigual a que todos, indistintamente, se encontram acorrentados devido ao seu automatismo, afinal, capital é valor que se valoriza.

A produção nas sociedades capitalistas, portanto, não se limita ao atendimento das necessidades sociais e sim à produção de valor de troca, assim, a lógica quantitativa se impõe, a produção parece infinita, até que se esgotem todas as possibilidades de transformar tudo em mercadoria. Por seu turno, a produção de mercadorias só é possível pela apropriação do trabalho vivo, a medida do valor, sem ela o processo de valorização do valor não se efetiva, por outro lado, sem um mercado consumidor o ciclo do capital não se fecha. Manter o equilíbrio sistêmico só é possível pelas sucessivas crises que têm potencializado o desenvolvimento de novos mercados de novos ciclos de valorização do valor.

Para a continuação da valorização do valor, para Marx (1984a), o método utilizado é a diminuição da taxa de lucro, a desvalorização do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças produtivas também já existentes, o que perturba as condições dadas. As crises, portanto, representam esses momentos, são inerentes ao próprio sistema, por conseguinte, o que a princípio parece ser um desequilíbrio da forças do mercado nada mais é do que um estágio, momentâneo, para que o sistema ganhe novo fôlego e continue o seu movimento. A história tem mostrado o limite desta dinâmica.

### **3. A difícil valorização do valor**

A década de 1970 sinaliza o início de uma crise não só nos Estados Unidos, atinge todas as economias do mundo inteiro, consequência da falta de crescimento econômico, o que implicou em queda nas taxas de lucro. No primeiro momento atinge a produção real, as sociedades se encontram inundadas por mercadorias e por conseguinte por capital, e encontra nos mercados financeiros uma saída para a sua valorização ao quebrar as barreiras da legalidade impeditivas de seu fluxo. Não existe limite legal para o capital, pela sua objetividade em quebrar suas limitações tudo é permitido.

Segundo Brenner (2003) o excesso de capacidade do setor de manufaturados internacional causou um excesso de mercadorias e limitou a capacidade de autorreprodução do capital, marcadamente aponta o limite da produção real. A solução encontrada foi a fuga de capitais para o setor de finanças o que ocasionou o limite também do processo de financeirização<sup>1</sup>, fatos que denunciam o caráter agonizante do sistema. Iniciaremos com as suas análises por apontar os aspectos econômicos específicos da crise ao discorrer acerca do limite do setor produtivo tradicional, o que nos facilita montar o cenário da crise.

A queda do setor manufatureiro nos Estados Unidos ocorre entre 1965 e 1973 é intensificada nos anos de 1990 com o crescimento da Economia do Leste Asiático, fato que aprofundou o problema do excesso de mercadorias, o setor manufatureiro internacional não tem mais saída. Os Estados Unidos por seu turno, desde o primeiro momento, em 1973 toma algumas medidas como a desvalorização do dólar e o fim do Acordo de Bretton Woods<sup>2</sup>, na tentativa de inverter tal situação, estratégia que não dera muito certo, o que conseguiram foi por em perigo toda a economia mundial ao incorrer em déficits federais. A desvalorização do dólar, por sua vez, apesar de frear as economias em expansão não foram suficientes para assegurar a crescente queda dos empregos, tampouco foram capazes de minimizar a queda dos salários da classe trabalhadora. Assim, não impediu recessão entre 1974 e 1975, causada pela alta do petróleo e muito menos segurar a queda dos empregos com a implementação de políticas keynesianas, bem como a queda dos salários da classe trabalhadora, a inflação é galopante, toma conta da economia e as políticas monetaristas mais austeras não conseguem evitá-la.

O excesso de capacidade de produção do setor de manufaturados internacional encontra seu ponto de inflexão na década de 1980 cujo resultado social foi desemprego em todas as economias capitalistas avançadas. A agonia ocorre em 1987 quando o mercado de ações abala todo o sistema e num ato desesperador a medida encontrada foi inundar o mercado de moedas para salvar a especulação. Nos finais da década de 1980 e início de 1990 é obrigado a recuar e tomar medidas deflacionárias, mais uma vez num momento desesperador precisava conter a crise. Em 1990, os Estados Unidos lideram os ajustes fiscais e põem fim às suas políticas deficitárias para tentar manter a economia, mas a retração dos gastos governamentais não foram capazes de evitar a estagnação dos empregos. O crescimento nos investimentos privados e a ampliação da dívida privada são responsáveis, sozinhos, por impulsionar o sistema, apesar do esforço, as taxas de lucros continuaram em baixa. Em 1993 a 1997 há um aumento da produtividade das empresas à custa do decréscimo dos salários reais, a financeirização galopa e a bolha explode. Em 2000, o mercado de ações lidera os negócios no mundo inteiro, as facilidades de empréstimos são irrecusáveis, tanto para as pessoas físicas quanto para as empresas, sobretudo, para os setores não manufaturados, isto gerou um volume de negociações como nunca se vira na história.

Brenner (2003), portanto, analisa o longo período que se inicia na década de 1970 e tem seu ápice na década de 1990 com o estouro da bolha gerada por processos especulativos que, a despeito de estimular, em alguns momentos, setores da economia americana foram tais mecanismos os responsáveis pela estagnação a nível mundial. O referido autor demonstra como o setor de manufaturados internacional encontra seu limite e o capital consegue, via processos especulativos, aquecer a economia, mas não consegue dinamizá-la, pelo contrário, estes são responsáveis pela sua limitação. Decorrentes deste processo, a crise de 2008, para Brenner (2008), representa o acúmulo das questões já iniciadas desde a década de 1970, não obstante a tentativa de evitá-las ao implementar políticas austeras e aumentar a dívida dos governo.

O sujeito automático a que Marx (1984) se referia não encontra nos espaços legais possibilidades de realização, assim a corrupção e o surgimento das máfias não se tornam um desvio a ser corrigido sobretudo na periferia do capital, é um caminho que se abre na luta frenética para dar continuidade ao processo de valorização do valor já com sinais de esgotamento nos fluxos tradicionais e nos processos de financeirização.

#### **4. A hegemonia americana encontra seu limite**

Arrighi (1996) analisa a crise que se instala desde a década de 1970, na perspectiva de um longo ciclo de acumulação sistêmica sobre a hegemonia dos Estados Unidos, que começara em 1870. Começaremos por discorrer acerca da sua concepção de ciclos e de hegemonia para inseri-lo, na discussão sobre as dificuldades, quiçá impossibilidades, de o capital encontrar novos fluxos.

O capitalismo coincide com a centralização do poder dos Estado Nacionais, oportunidade em que capital e Estado se fundem e moldam as diferentes estruturas econômicas e sociais comandadas por grupos ou coletivos de pessoas que se utilizam do poder político e econômico e assim mantêm sua hegemonia.

A ideia de ciclos, cuja dinâmica obedece as fases de reestruturação e reorganização, é o que tem definido o sistema capitalista, envolvem estratégias de acumulação e expansão, portanto, são etapas que reiteradamente se põem ao sistema. Nesta perspectiva, os processos capitalistas têm se apresentado por meio de ciclos que historicamente se esgotam, ocasião em que "novas"<sup>3</sup> estratégias se consolidam e um novo ciclo se inicia em um nível de complexidade e acúmulo de capital num volume maior do que o seu antecessor. Arrighi (1996) em suas considerações, analisa o sistema capitalista mundial numa perspectiva sistêmica de longa duração, e se é permitido a metáfora, como "um eterno recomeço"<sup>4</sup>.

A história do capitalismo moderno, na sua perspectiva, é a história da formação dos Estados nacionais na disputa pela hegemonia política e econômica, hegemonias temporárias que obedecem a um

processo de transição cíclico, marcado pela ascensão e derrocada de diferentes grupos. Na luta pelo acesso ao capital circulante, os grupos se unem para organizar e controlar os processos capitalistas, com o objetivo de multiplicar permanentemente o capital e definir as regras do jogo do sistema político mundial. O que torna o capitalismo um sistema de grande duração é a sua capacidade de inovação, de ser flexível ao organizar estratégias que possibilitem a expansão e a acumulação de capital, é a capacidade de seus diferentes agentes de liderarem as estratégias de acumulação em escala global. Destarte, o amadurecimento da fórmula marxiana D-M-D para D-M-D', não se concretiza neste momento histórico, ela fez parte dos diferentes ciclos sistêmicos que arrastaram a lógica capitalista por longos anos. Os processos organizacionais que estiveram presentes, a exemplo a financeirização da economia, com suas especificidades, contrariam assim esquemas analíticos que os descrevem pelo seu ineditismo histórico<sup>5</sup>.

A crise de 1970, portanto, marcou o fim da hegemonia americana, que se iniciou em fins de 1968 com a financeirização, quando os mercados de eurodólares tiveram em alta, fato que demarcou também o fim da fase de sua expansão material. Como Brenner (2003), Arrighi (1996) também admite o fim da fase de expansão material, bem como as medidas adotadas pelo governo norte-americano como a substituição do dólar que funcionava como um sistema de paridades junto as outras moedas e ao próprio ouro, pelo sistema de taxas de câmbio flexíveis. Os anos 1970, nas análises de Arrighi (1996), então, fazem parte do fim de uma hegemonia capitalista que se iniciou com os Estados Unidos e como os demais ciclos, o processo de financeirização corresponde a sua etapa última, a do amadurecimento do capitalismo. Por uma lógica histórica já deveria estar posto um novo Estado hegemônico. Se não está presente uma nova hegemonia em que bases estarão postas o sistema? Arrighi (1999) deixa esta questão em aberto.

Para Brenner (2003) e Arrighi (1996) a possibilidade de o capital recuperar o crescimento quer pelos fluxos tradicionais quer pela artificialidade da economia, parecem estar esgotados, o que se poderia afirmar que encontrou seu limite. A discussão acerca da valorização do valor é pertinente: afinal, como o capital a partir de tais processos continuará a valorizar o valor? Se os espaços tradicionais e fictícios se esgotaram, que outros espaços ainda são possíveis para que o capital continue a se reproduzir?

## **5. Ainda existem espaços para a valorização do valor?**

Harvey (2011) responde ao questionamento supra citado ao indicar que espaços são esses, e como os demais autores, também sinaliza para o seu esgotamento. Para o referido autor, a crise da década de 1970 caracteriza-se pelo excesso de capital acumulado que precisaria ser investido em outros setores devido a incapacidade de a produção dinamizar a economia pelos fluxos tradicionais; concepção que não difere dos demais autores. A crise de 1973 se distingue das anteriores porque passou o capitalismo pelo seu caráter global, atingiu todas as economias do mundo e por se originar no setor imobiliário é de difícil superação, desse modo, deve ser vista muito mais pelas suas especificidades do que pelo seu alcance ou originalidade.

Harvey (2011) reconhece que o capitalismo tem criado estratégias para escoar o excedente de capital e continuar o seu percurso, a exemplo o processo de urbanização que durou até a década de 1970, o que possibilitou ao capital absorver uma quantidade vultosa de excedente até que o setor imobiliário explode. Assim, mesmo compreendendo que o processo de valorização não se dá apenas no chão da fábrica, mas opera num tempo e num espaço com inúmeras dificuldades e que as crises representam momentos em que há sempre opções a seguir, infere como o faz Brenner (2003) e Arrighi (1999) acerca da dificuldade, no momento, de o capital continuar o seu percurso ilimitado, ainda que ao longo do seu decurso tais limitações foram superadas.

Segundo Harvey (2011), desde a crise de 1973, o capital excedente não encontra no processo de produção um mercado rentável, logo, a abertura indiscriminadamente de financiamento é imposta

devido ao excesso de capital e ao fim dos empregos posto que, conseqüentemente, as famílias perdem suas possibilidades de consumo, o que é um problema para o mercado. A solução encontrada foi o endividamento das famílias pobres via acesso a cartões de crédito, um mercado que se esgota no final de 1990. Nesta década as linhas de créditos são abertas, a princípio aos empregados, mas, logo o mercado se esgota e os créditos são redirecionados para um público com maior possibilidade de insolvência, as famílias de baixa renda. Inicialmente, o problema do excedente do capital parecia estar resolvido, visto que, os mercados sem controle interconectaram-se criando assim uma rede de negócios que envolviam investimentos em derivativos de ativos e fundos de cobertura que renderam milhões de dólares aos seus investidores. Esse tipo de mercado se desenvolveu em vários países, o que ocasionou uma corrida em todo o mundo à procura de lucros abusivos sem perda de tempo. O mercado imobiliário também pareceu uma saída promissora até que os despejos começaram ainda em 1998, se estendendo até 2007 quando os valores dos imóveis caem e a crise bate à porta. Mercados e empréstimos congelaram e os títulos de hipotecas foram executados, se desvalorizaram: "No epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca "tóxicos" detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo o mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre" (HARVEY, 2011, p.10).

A crise de 2008, nesta perspectiva, se configura portanto, como um reflexo do que já vinha ocorrendo desde a década de 1970. Conhecida como a crise do subprime, teve como epicentro, portanto, o setor imobiliário nos Estados Unidos e, particularmente, seus efeitos foram sentidos, em maior ou menor grau, em todo o mundo decorrentes do caráter global do capital financeiro, coube ao Estado disponibilizar cerca de 700 bilhões de dólares para salvar a economia de Wall Street.

O problema para o excedente de capital parecia estar resolvido, a fórmula  $D - M - D'$  é substituída pela fórmula  $D - D'$ , pelo fetiche do dinheiro na sua forma mais pura, o que exigiu uma matemática financeira desenvolvida nos grandes centros universitários e vendidas em todo o mundo, ainda que muitos não entendessem muito bem a sua lógica<sup>6</sup>. Para a maioria, a fórmula não deu certo, economias inteiras, ou parcialmente, foram à bancarrota e precisavam se soerguer, são casos emblemáticos, a Grécia, a Irlanda, a Islândia e, nos Estados Unidos, a Califórnia é considerado o Estado mais crítico, são exemplos de economias que tão cedo não conseguirão saldar suas dívidas<sup>7</sup>, cabe ao Estado agora resolver novos e velhos dilemas.

Harvey (2011) se inscreve no debate da limitação do capital ao admitir a incapacidade de sua eterna valorização, como consequência dos problemas acumulados ao longo do seu processo histórico, a não ser que se utilize de mecanismos artificiais. Nota-se que, ainda que continue seu curso, as estatísticas demonstradas por ele reforçam o limite da valorização do valor e, por conseguinte, mais capital deverá ser reinvestido e mais espaços territoriais serão necessários para que o capital se reproduza.

## **6. Fim da estrada: o capital se depara com o seu próprio limite**

Para Kurz (2004), a crise não é restrita a um setor específico da economia é sistêmica, e uma das consequências que abala a estrutura geral de todo o sistema é o desemprego em massa, fenômeno novo que atinge todo o globo.

Segundo Kurz (2004) a racionalização do processo de produção implicou na ampliação da produção e expandiu a necessidade de mais trabalho, o que levou o ciclo funcional do sistema capitalista, produção e consumo, ao seu ápice, no pós Segunda Guerra Mundial quando contingentes de refugiados, de força de trabalho humano, estavam disponíveis para o capital, pronta para ser explorada, e foi. Tal processo encontra seu ápice com o *boom à la fordismo*, quando foi possível ao capital integrá-los na funcionalidade do capital, o ciclo produção e consumo encontra seu momento ideal. Passada a euforia fordista, o trabalho produtor de valor entra em crise, o que Marx (1984a) chamava de trabalho abstrato, ou seja: dispêndio de cérebros nervos músculos, na sua forma social dinheiro. A forma mercadoria não

encontra mais possibilidade de reprodução do seu ciclo, o trabalho encontra seu limite na sociedade produtora de valor, é o fim da sua transformação em dinheiro, há portanto um limite histórico imputado à estrutura social inerente ao processo autocontraditório da sociedade. Pela primeira vez na história do capitalismo, ainda que temporariamente, o trabalho deixa de entrar no cálculo rentável de produção de mercadorias, não é o responsável absoluto pelo processo de valorização de valor.

Uma das consequências da perda da centralidade do trabalho como produtor de valor, para Kurz (2004) é, sobretudo, consequência do desenvolvimento da microeletrônica, por seu turno, propulsora do fenômeno da globalização<sup>8</sup>. As inovações impulsionadas pelo seu desenvolvimento estimularam a abertura de novos mercados, de outras áreas geográficas e redimensionaram as atividades comerciais para além das fronteiras dos Estados-nação e, assim, asseguraram o processo de valorização do valor. Um outro agravante é que o capital na tentativa de se libertar dos incômodos gerados pela força de trabalho migra para regiões onde a mão-de-obra é mais barata e, na medida em que faz isso deixa para trás regiões devastadas, em ruínas, tanto na antiga nação imperialista, os Estados Unidos quanto no restante do continente, como já foi citado o caso de Detroit.

Kurz (2004) na sua elaboração sobre a crise sistêmica do capital trabalha também com a noção de ficcionalização em referência ao conceito de capital fictício em Marx. Reconhece que o mercado de ações rende muito mais que a produção real, mas há uma grande dificuldade em explicar como isto ocorre, pela impossibilidade de medir este mercado: como medir algo que não existe na realidade mas, ao mesmo tempo se corporifica materialmente na forma de bens? A contradição do capital se expressa na relação entre capital fictício que entra no círculo da produção real, e como já foi afirmado, temporariamente, o trabalho humano não é responsável pelo acúmulo de capital. Assim, a crise que se intensifica desde a década de 1980 é consequência do mercado fictício, são "bolhas de ar quente"<sup>9</sup> que estão prestes a explodir, e o sistema, por seu turno, utiliza-se de truques contábeis, tenta a todo custo evitar a sua explosão.

Um outro ponto assinalado por Kurz (2004) diz respeito à dívida pública, questão posta também por Brenner (2003), cuja aquisição deu-se pela impossibilidade de o Estado, através dos impostos, manter sua estrutura, o resultado é a hiperinflação e a desvalorização das moedas. Este é o marco do processo inflacionário e desde então alguns países não conheceram outros ciclos da economia senão os inflacionários. Por seu turno, o Estado não tendo como produzir se torna um consumidor, assim não goza de soberania é também um tomador de empréstimos e portanto sujeito às regras impostas pelo mercado, a sua ação encontra-se também limitada pelos condicionantes econômicos. A dívida pública expressa, assim, o ponto crítico da crise, algumas cidades, como já fora citado, já colapsaram, desse modo, se percebe a fragilidade do Estado, a lógica Estado-mercado há muito tempo sinalizou para o seu esgotamento, é o colapso do sistema.

## **7. O que fazer com as massas?**

Segundo Kurz (2004), a classe trabalhadora, diante da crise que gerou o desemprego estrutural, perdeu a chance de desenvolver sua tarefa histórica, a de revolucionar os meios de produção e instituir uma nova forma social não mais balizada no trabalho. A capacidade que o capitalismo teve de transformar tudo em mercadoria minou a possibilidade de construção de formas de sociabilidade para além do trabalho produtor de valor, além de neste percurso ter minado as conquistas históricas da classe trabalhadora com a implantação das políticas neoliberais. A sociedade do trabalho abstrato, com o aumento do desemprego estrutural criou sobremaneira uma massa de pessoas em todo o globo que não vão mais entrar no cálculo rentável do capital, não têm para quem vender a sua força de trabalho e portanto sobrevivem em condições mínimas de existência. A violência diante deste dilema é a regra da maioria das cidades e o Estado responde com o encarceramento de pobres nos centros urbanos, sobretudo dos negros, como demonstra Wacquant (2007), uma tentativa desesperada de conter as

massas. Em um mundo de opulência, de riqueza e de alto desenvolvimento das forças produtivas, não é racional que muitos vivam numa pobreza excessiva e dependam cada vez mais da caridade cristã e do Estado, a exemplo as políticas de transferência de renda como é o caso do Programa Bolsa Família no Brasil criado em 2003, um programa que desde então vem aumentando o número de assistidos, neste ano, até a presente data, atende cerca de 13 (treze) milhões de famílias que recebem um benefício irrisório.

Marx (1984b) já previa a existência de uma massa de excedente, que ele denominava população supérflua, quando da utilização da máquina como meio de produção, massa, que segundo ele, seria utilizada em outros ramos da produção, era a fase de desenvolvimento da indústria, fase inversa deste momento atual que começou na década de 1970, como já se demonstrou. Desse modo, o limite da forma capital refuta também as categorias analíticas para a sua compreensão, dentre elas, a luta de classes. Não há um exército de reserva pronto para ser explorado e dar continuidade ao ciclo de valorização, a realidade se inverteu, atualmente, os potenciais trabalhadores lutam para serem explorados e não para evitar tal situação, e o fazem porque suas condições de ingresso no mercado de trabalho é quase nulo, populações inteiras não têm mais condições de serem absorvidas no processo de valorização do valor, não há mercados que possam dinamizar o processo de produção e absorver tanta mão-de-obra. Decerto que o capital nunca foi capaz de absorver toda a força de trabalho, mas atingiu seu zênite e conseguiu distribuir os frutos da exploração, o sistema conseguiu um certo equilíbrio no período fordista, quando houve um reforço à crença na importância social do trabalho assalariado acompanhado do acesso aos bens produzidos socialmente, uma prova da teoria de Marx sobre a relação intrínseca entre produção e circulação. Neste momento, a valorização do valor ainda guarda muita dependência com o trabalho vivo, o trabalho que produz valor, a partir da década de 1970 tudo se modificou como já se discutiu. Se há possibilidades de transformação social, como infere Kurz (1998) será pelas massas e não pelo proletariado, são elas que podem organizar-se para pensar para além desta forma social e assim construir formas de socialização que neguem a forma mercadoria e o trabalho como eixo organizacional da vida, que neguem a barbárie que segundo Menegat (2003) se constitui como modo de ser desta sociedade.

## **8. Conclusão**

Os anos 1970 representaram um novo marco no processo histórico das crises capitalistas, o entusiasmo diante do crescimento econômico durante o pós Segunda-Guerra, os 30 anos gloriosos, não é mais evidente devido a longa onda de estagnação porque passa a economia.

Os Estados Unidos, enquanto potência hegemônica, tentaram a todo custo impedir o colapso através de suas políticas macroeconômicas domésticas impostas às demais economias do globo, a despeito de todo o seu esforço a economia não deu sinais de crescimento significativo.

A crise foi decorrente do excesso de capacidade do sistema, do excesso de produção, cujo capital encontrou sérios problemas de continuar o ciclo de valorização do valor. A estagnação econômica e a procura de novos fluxos para o capital excedente pós 1970 incidiu diretamente sobre a classe trabalhadora. O uso intensivo da ciência e da tecnologia no processo produtivo, decorrentes da necessidade de ampliação dos mercados e da diminuição do trabalho vivo no processo de produção, são modificações que afetam o trabalho abstrato, o trabalho produtor de valor. Por conseguinte, um grande potencial de mão-de-obra, paulatinamente, se torna obsoleta, não interessa mais ao capital, isto reforça o caráter contraditório do sistema, posto que sem mão-de-obra, sem trabalho vivo, não há lucratividade. Desse modo, o aumento do desemprego não é momentâneo, não faz parte de uma fase negativa observada nos níveis de crescimento do capital, faz parte da sua lógica cujas consequências são desastrosas.

Neste cenário, as massas tomam conta das cidades em todo o mundo pondo em xeque o controle social sobre elas. O Estado capitalista, por seu turno, desde então, implementa respostas cujo objetivo é transferir o ônus da crise à classe trabalhadora, e o faz, dentre outros, tentando desarticular sua luta pela garantia dos direitos sociais construídos historicamente. Direito de participar nos limites possíveis de emancipação política, desta forma social, posto que os limites do capital se impõem como limites da histórica luta de classes, o que de certo modo o campo de luta está aberto para novas perspectivas e consequentemente novos campos de luta para além do imposto por esta forma social.

Infere-se, portanto, que dificilmente o capital pode impulsionar um novo ciclo desenvolvimentista, destarte, a compreensão deste momento histórico, da sua dinâmica, permitiu atualizar os processos contraditórios modificadores desta forma social. Neste movimento, novos elementos são postos e possibilitam uma nova leitura da realidade que sinalizam o limite histórico do capital.

## Notas

- <sup>1</sup> Por financeirização da economia entende-se os processos pelos quais o capital se desloca da produção real para o mercado fictício. Cria-se uma rede de negócios sustentadas por papéis, e que pelo volume, densidade e complexidade crescem no mundo inteiro formando bolhas que explodem gerando a sua própria crise, uma artificialidade que o capital encontra para valorizar-se.
- <sup>2</sup> Os autores citados são unânimes em reconhecer a importância destas estratégias do governo americano para salvar a economia.
- <sup>3</sup> Aspas do autor.
- <sup>4</sup> Aspas nossas.
- <sup>5</sup> Desconsideramos a polêmica de Arrighi sobre a financeirização da economia e consideramos apenas a sua posição em relação à hegemonia americana, por ser mais pertinente ao presente estudo.
- <sup>6</sup> O livro "Bumerangue-uma viagem pela economia do terceiro mundo" lançado em 2011 pelo jornalista americano Michael Lewis, apesar de ser um texto jornalístico e não ser o seu objetivo a discussão sobre as bases da sociedade capitalista é bastante ilustrativo para a compreensão do fetiche da forma mercadoria quando da crise de 2008.
- <sup>7</sup> Na segunda semana do mês de julho deste ano de 2013, a cidade de Detroit, no passado, berço da indústria automobilística americana, pediu concordata, acumulou uma dívida que ultrapassa 18 bilhões de dólares e que dificilmente conseguirá saldá-la. A maior parte de sua população já abandonou a cidade e os que lá ficaram convivem com a violência cotidiana, exemplo das massas a quem Kurz se refere. Veja:<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/cidade-de-detroit-pede-concordata-a-maior-entre-as-cidades-dos-eua>.
- <sup>8</sup> Kurz se contrapõe aos teóricos que analisam o fenômeno da globalização como um fenômeno antigo, para ele é uma novidade que impulsionou a abertura em volume nunca visto das transações comerciais no mundo inteiro.
- <sup>9</sup> Termo utilizado pelo referido autor.

## REFERÊNCIAS

Arrighi, G. (1996). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP.

Brenner, R.(2003). *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record. Brenner, R.(2008). *A crise que se aprofunda*. Recuperado em 15 de dezembro de 2012, do site da editora Boitempo: [http://www.boitempo.com/revista\\_completa.php?isbn=%20%20%201678-7684](http://www.boitempo.com/revista_completa.php?isbn=%20%20%201678-7684)

Brenner, R.(2008). *O princípio de uma crise devastadora*. Recuperado em 15 de dezembro de 2012, do site da revista Carta Maior:<http://www.portalctb.org.br/site/a-ctb/princos-mainmenu-9/679-por-robert-brenner>.

Harvey, D.(2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Kurz, R. (1998). *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes.

Kurz, R.(2004) *Com todo o vapor ao colapso*. Juiz de Fora, MG: UFJF-PAZULIN.

Marx, K.(1984 a). *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural.

Marx, K.(1984b). *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Menegat, M. (2003). *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ.

Wacquant, L. (2007). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos ( a onda punitiva)*. 3ª. Ed. 2007. Rio de Janeiro: Revan.